RELATÓRIO DE GESTÃO DO TITULAR DE UNIDADE GESTORA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO NORTE – EXERCÍCIO 2025
(IN–TC. 20/2015, Art. 14, § 1º)

I - Informações gerais sobre a unidade e respectivos responsáveis:

Identificação da unidade jurisdicionada, incluindo CNPJ, endereço, telefones e endereço eletrônico;

Fundo Municipal de Saúde de Braço do Norte
CNPJ: 01.349.236/0001-09
Endereço: Av. Felipe Schimidt, 2515
Bairro: Centro
Cep: 88.750-000
Braço do Norte, SC
e-mail: gabinete@bracodonorte.sc.gov.br
bracodonorte@saúde.org.br
Fone: (48) 2027-0450
Responsáveis: Lauro Boeing Junior (Prefeito Municipal)
CPF: 037.351.589-86
Luciani Debiasi Pires (Secretária de Saúde e Saneamento)
CPF: 025.139.379-88

Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes;

Fundo Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde

Competências institucionais, no caso das unidades gestoras previstas nas alíneas "e" a "h" do inciso I, nas alíneas "c" a "e" do inciso II e no inciso III, do artigo 9º desta Instrução Normativa;

A Lei Municipal nº 828/91 de 19 de novembro de 1991, criou o Fundo Municipal de Saúde. Conforme art. 1º o Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que compreendem:

I – O atendimento à saúde universalizada, integral, regionalizada e hierarquizado;
II – a vigilância sanitária;
III – a vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondente;
IV – o controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual.

II - Informações sobre a gestão orçamentária e financeira da unidade:

Análise da Execução Orçamentária

Quociente do Resultado Orçamentário:

Receita Realizada - 20.754.874,83

Despesa Empenhada - 54.290.583,81

QRO = 0,3385

Esse quociente demonstra que para cada 1,00 de despesa empenhada se arrecadou 0,3385, gerando um Déficit da execução orçamentária de R$ 33.535.708,98.

Ressalta-se que o Fundo Municipal de Saúde não é agente arrecadador e sim executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos em saúde e realização de investimentos, dependendo dessa forma de recursos do tesouro e do superávit de exercício anterior, o que refletiu significativamente para o déficit orçamentário.

Análise da Execução Financeira

Quociente da Situação Financeira:

Ativo Financeiro - 13.140.645,66

Passivo Financeiro - 7.643.668,35

QSF = 1,7192

Esse quociente demonstra que para cada 1,00 de dívida em curto prazo o fundo possui 1,7192 em caixa e bancos, proporcionando um Superávit de R$ 5.496.977,31.

a) relacionar os programas de governo sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada, especificando:
1) a identificação do programa;

Saúde para todos

2) a comparação das metas físicas e financeiras previstas e as realizadas, em valores nominais e relativos, justificando as ações não realizadas ou realizadas parcialmente;

O programa SAÚDE PARA TODOS, possui as seguintes ações vinculadas:

I – Construção, ampliação e instalação de equipamentos dos serviços de saúde.

Essa ação foi executada no valor de R$ 2.940.000,00 correspondendo a 840,00% do valor previsto, que visava a construção de unidades sanitárias bem como a ampliação e reforma das existentes, com o objetivo de realizar medicina preventiva, melhorar as condições de saúde e diminuir os gastos com saúde curativa, entretanto, foi realizada a manutenção nas Unidades existentes.

II – Manutenção da Gestão do SUS.

Essa ação foi executada no valor de R$ 3.555.412,20 correspondendo a 53,70% do valor previsto, no sentido de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, visando melhorar a qualidade e a eficiência da gestão do sus com a implantação, implementação e manutenção de programas públicos de saúde como CAPS, NASF, ESF, ACs, PMAQ, SAMU entre outros.

III – Manutenção da Atenção Básica.

Essa ação foi executada no valor de R$ 24.554.602,03 correspondendo a 123,69% do valor previsto, para a manutenção dos serviços e ações da saúde pública do município, aquisição de veículos,

material médico-odontológico e para equipar os postos e unidades sanitárias.

IV – Manutenção das ações de média e alta complexidade.

Essa ação foi executada no valor de R$ 17.769.419,37 correspondendo a 196,41% do valor previsto, para garantir a manutenção e expansão de serviços e procedimentos ambulatórias e hospitalares, entre outros.

V – Manutenção da assistência farmacêutica.

Essa ação foi executada no valor de R$ 3.096.383,61 correspondendo a 95,60% do valor previsto, para garantir o acesso aos medicamentos para os portadores de doenças que configuram problemas de saúde pública, consideradas como de caráter estratégico.

VI – Manutenção da vigilância sanitária.

Essa ação foi executada no valor de R$ 948.960,50 correspondendo a 136,87% do valor previsto, que conforme Lei Federal nº 8.080, consiste em um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

VII – Manutenção da vigilância epidemiológica.

Essa ação foi executada no valor de R$ 875.806,10 correspondendo a 127,57% do valor previsto, compreendendo ações em benefício das comunidades, no que se refere a higiene, controle de regiões e logradouros insalubres e manutenção de sistemas de esgotos e despejos de dejetos.

VIII – Construção e reforma do hospital.

Essa ação foi executada no valor de R$ 500.000,00 correspondendo a 18,87% do valor previsto, compreendendo ações referente a construção de uma UTI e reforma do hospital.

3) contingenciamento de despesas no exercício (limitação de empenho - art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas razões, indicando os efeitos provocados na gestão orçamentária e as consequências sobre os resultados planejados;

No decorrer do exercício não foram bloqueadas dotações para limitação de empenho.

4) informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, demonstrando os valores inscritos a título de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, e as razões que motivaram estes registros;

Não foi realizado registros de passivos por insuficiência de créditos.

5) as razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro.

Segue abaixo a relação de restos a pagar com as devidas justificativas:

Nº Emp.	Credor	Valor	Justificativa
1371/11	Antônio José da Silva Neto - ME	1.400,00	Credor não possui conta para transferência. Por ser recurso de repasse federal é necessário conta para depósito.
1740/15	Loja e Bazar da Cela Ltda	1.100,00	Credor não possui conta para transferência. Por ser recurso de repasse federal é necessário conta para depósito.
1949/15	Rádio Comunitária ACB – Associação Comunitária Braçonortense FM	951,45	Repassado para a devida regularização.
1372/16	SCR Informática Ltda. - ME	2.261,40	Valor bloqueado por decisão judicial.
1897/16	Loja e Bazar da Cela Ltda	540,00	Repassado para a devida regularização.
1890/17	Rádio Verde Vale Ltda	3.560,00	Será analisado o motivo pelo não pagamento.
1908/17	Jessica Jacinto Beza	320,00	Será analisado o motivo pelo não pagamento.

III – Informações sobre a gestão de pessoas e terceirização de mão de obra:

a) quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo

determinado (art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês;

No exercício em análise não foram realizados contratos de terceirização de mão de obra.

O quadro de pessoal do Fundo Municipal de Saúde no final do exercício em análise foi formado por 296 celetista, 43 ACT(CLT), 01 agente político, 07 comissionados e 08 estagiários em atividade no final do exercício em análise.

Valores Consolidados da Folha de Pagamento – Mês a Mês

Mês	Proventos	Encargos	Total
Janeiro	1.624.190,52	305.471,52	1.929.662,04
Fevereiro	1.499.354,94	299.244,76	1.798.599,70
Março	1.514.344,73	303.989,58	1.818.334,31
Abril	1.486.390,60	298.436,47	1.784.827,07
Maio	1.548.530,43	302.876,62	1.851.407,05
Junho	1.717.119,35	302.048,69	2.019.168,04
Julho	2.140.452,96	364.206,55	2.504.659,51
Agosto	1.666.116,24	309.003,80	1.975.120,04
Setembro	1.539.737,74	304.177,26	1.843.915,00
Outubro	1.464.339,49	296.500,24	1.760.839,73
Novembro	2.451.036,64	319.259,53	2.770.296,17
Dezembro	2.623.551,44	548.868,62	3.172.420,06
TOTAL GERAL	**21.275.165,08**	**3.954.083,64**	**25.229.248,72**

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês;

Não foram firmados contratos de terceirização de mão de obra.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês;

Não existem pagamentos de benefícios previdenciários.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título;

Não possui remunerações pagas.

IV - Informações sobre transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumento congênere, discriminando volume de recursos transferidos e respectivos beneficiários.

Foram celebrados repasses a entidades conforme segue:

Nome	Leis	Valor Pago
Consórcio Intermunicipal de Saúde – Cis Amurel	Contrato de Rateio 01/2025 Lei 2.551/2009	4.103.185,33
Associação Beneficente Santa Terezinha	Termo de Convênio 01/2024 08/2019 03/2021 3.656/2024 3.351/2019 3.442/2021	2.927.917,76
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de B.N.	Termo de Colaboração 003/2025 Lei Complementar 778/2025 Termo de Convênio 001/2025	206.438,64
Associação pela Vida em Harmonia – AVHA	Termo de Fomento 003/2025	80.000,00
Rede Feminina de Combate ao Câncer de B. N.	Termo de Fomento 005/2023 e 013/2025 Lei 682/2023	163.262,49
	TOTAL	**7.480.804,22**

V – Informações sobre licitações e contratos:
a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação;

Segue abaixo quadro demonstrativo das modalidades de licitação homologadas no exercício de 2025, com os devidos valores liquidados:

'CONTRATAÇÕES POR MODALIDADE - UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item V, alínea "a")'				
Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviços	Despesa Realizada (Anual)
Concorrência	0,00	80.077,34	0,00	80.077,34
Tomada de Preço	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão Presencial	0,00	2.112.364,86	0,00	2.112.364,86
Pregão Eletrônico	0,00	324.149,12	753.477,05	1.077.626,17
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0,00	225.397,04	212.594,18	437.991,22
Inexigibilidade de Licitação	0,00	184.130,25	736.962,48	921.092,73
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total :	**0,0**	**2.926.118,61**	**1.703.033,71**	**4.629.152,32**

Conforme exposto acima ficou evidenciado que a modalidade Pregão Presencial detém 45,63% dos processos licitatórios realizados no Fundo Municipal de Saúde.

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993.

https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/

VI - Informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas no exercício, demonstrando:

O Controle Interno, no decorrer do exercício repassou várias orientações nas diversas áreas administrativas do Município de Braço do Norte buscando maior eficiência na aplicação dos serviços e recursos públicos.

Foram expedidas as recomendações recebidas pelo Tribunal de Contas do Estado, para as devidas providências.

VII - Acompanhamento das ações relacionadas a contrato de gestão vigentes no exercício (exigíveis somente para os órgãos encarregados da supervisão destes contratos, no âmbito do Estado e dos Municípios):

Não foram firmados contratos de gestão no exercício em análise.

VIII - Avaliação dos termos de parceria celebrados pela unidade jurisdicionada (exigível somente para as unidades jurisdicionadas que firmaram termo de parceria)

Não foram formalizados termos de parceria.

É o relatório,

Braço do Norte, 20 de fevereiro de 2026.

Lauro Boeing Junior
Prefeito Municipal

Luciani Debiasi Pires
Secretária Municipal de Saúde